

## PLANO ESTRATÉGICO DE BARCELONA Do Balanço ao Novo Plano

ROSA TELLO<sup>(1)</sup>

O Plano Estratégico de Barcelona 2000 aprovado em Março de 1990 já está obsoleto. O Plano pretendia aproveitar as sinergias dos Jogos Olímpicos para converter a cidade de Barcelona num centro internacional de serviços e consumo. Estrategicamente pretendia-se fazer uma melhor utilização das potencialidades naturais, sociais, produtivas e tecnico-científicas da cidade. Propunha-se conseguir uma maior conectividade e acessibilidade internacional; um reequilíbrio social sem conflitos; um ambiente urbano de qualidade e infraestruturas capazes de atrair capital e investimentos em empresas e serviços de ponta; uma oferta cultural rica e diversificada, especialmente atractiva para o turismo e o consumo em geral. Todos estes objectivos se deviam conseguir através da actuação em diversas "frentes" e, para isso, estabeleceram-se as seguintes seis linhas estratégicas de actuação: redução dos desequilíbrios sociais; formação e recursos humanos; serviços avançados às empresas; factores de atracção cultural, comercial e turísticos; promoção industrial; infraestruturas e serviços. Depois, para cada uma destas rúbricas o plano propunha uma série de medidas estratégicas de modo a alcançar os objectivos correspondentes. Para cada uma das linhas estratégicas havia uma Comissão Técnica para impulsionar, coordenar e monitorizar o grau de realização das diversas acções requeridas por cada uma das medidas. O conjunto destas comis-

---

(1) Professora Titular de Geografia Humana na Universidade de Barcelona, Fax: (34-3) 449 85 10.

sões coordenava as estratégias específicas de vários agentes que intervinham nos processos de adaptação da cidade, da sociedade e das actividades económicas ao novo sistema socio-espacial em que a cidade de Barcelona devia inserir-se.

Logo depois dos Jogos Olímpicos, em Novembro de 1992, fez-se um balanço do grau de realização das medidas propostas nos vários objectivos. Cada uma das seis comissões valorou os efeitos positivos das medidas e actuações, os efeitos negativos de não se terem passado à prática e as realizações, em função do compromisso dos responsáveis, do nível de aceitação, do grau de concretização da medida, do prazo de execução, da dotação orçamental e do nível de implantação.

A Comissão Técnica 1, encarregada do acompanhamento da linha estratégica **Redução dos desequilíbrios sociais**, encontrou uma média de realização de 49,6% nas seis medidas estratégicas correspondentes à sua linha.

A Comissão Técnica 2, responsável pelo acompanhamento e valoração das medidas sobre **Formação e recursos humanos**, considerou que, em média, se tinha conseguido 67,8% de realização nas cinco medidas correspondentes.

A Comissão Técnica 3, **Serviços avançados às empresas**, ponderou o grau médio de realização das treze medidas correspondentes em 35,73%.

A Comissão Técnica 4, responsável pelos **Factores de atracção cultural, comercial e turísticos**, considerou algumas medidas como demasiado gerais e pouco concretas para que tivessem efeitos positivos, mas, em contrapartida, considerou que a medida, criação de centros de negócios, estava realizada a cem por cento. A valoração média das sete medidas estratégicas correspondentes situa-se em 40,78%.

A Comissão Técnica 4, **Promoção industrial**, responsável por nove medidas estratégicas, constatou a não realização do centro de novas profissões e dos centros de indústria auxiliar, mas totalmente realizada a referente ao teleporto. A média de realização das várias medidas situa-se em 40,74%.

A Comissão Técnica 6, encarregada das 35 medidas estratégicas sobre **Infraestruturas e serviços públicos**, ponderou o grau de realização média em 40,04%. A maior parte destas medidas consiste em projectos aprovados ou políticas definidas antes do Plano Estratégico mas que foram nele incorporadas para conseguir uma maior eficácia na

sua materialização, uma vez que na sua realização tinham de intervir distintos organismos públicos. A sua integração no Plano implicava que a respectiva comissão impulsoria a coordenação dos diversos organismos públicos envolvidos para agilizar acordos entre as administrações.

No geral pode verificar-se que os graus de realização maiores correspondem àquelas medidas em que intervêm organismos públicos e que são constituídas por projectos aprovados antes da realização do Plano Estratégico. Isto confirma que, por um lado, é correcta a inclusão desses projectos nas linhas estratégicas do Plano e, por outro lado, que as medidas com menos possibilidades de realização são as mais dependentes dos agentes privados.

Apesar do nível de realizações conseguido quando se fez o balanço em finais de 1992, começava a manifestar-se a recessão económica, o que punha em causa a continuidade do Plano Estratégico, visto que a crise económica de certo modo anulava algumas premissas em que se baseava o plano: o impulso económico e o consenso social produzido durante a preparação das olímpiadas.

Os estudos de diagnóstico em que se fundamentou o Plano Estratégico Barcelona 2000 foram realizados durante 1989 em plena eferescência económica. A cidade estava mergulhada na onda expansiva de reactivação económica da última metade da década anterior, reforçada pelos investimentos relacionados com a preparação das olímpiadas. Foi neste ambiente de euforia que se definiram os objectivos estratégicos de reactivação socio-económica de Barcelona. O Plano Estratégico centrava-se quase exclusivamente na cidade, ignorando as relações espaço-funcionais metropolitanas. Embora sem o explicitar, o Plano Estratégico conduziria ao reforço da centralidade do município de Barcelona. São quase 100km<sup>2</sup> totalmente urbanizados, com um milhão e meio de habitantes, que se encarava como o centro que organiza e funcionaliza o espaço metropolitano barcelonês o qual se estende por 550km<sup>2</sup> divididos por cerca de trinta municípios com uns 2 200 000 habitantes. Este "resto" espacial, o espaço de produção industrial e de residência forçada estava excluído do Plano.

A recessão da economia espanhola, praticamente evidente desde o próprio dia em que encerrou a Expo92, com as sucessivas depreciações da peseta até ter perdido quase 30% do seu valor, invalidou as

perspectivas de reactivação socio-económica contempladas pelo Plano Estratégico Barcelona 2000. Reduziram-se os investimentos públicos, o investimento estrangeiro não atingiu as previsões. Aumentou o desemprego até 25%, cortou-se nas despesas públicas, nas ajudas à investigação, à habitação, à criação de empregos. O investimento privado procurou novos mercados, mais rentáveis ou de maior produtividade. A área metropolitana de Barcelona entrava em crise. Actualmente esta crise expressa-se através da maior hierarquização e desigualdade socio-económica territorial.

Actualmente, tendo presente a nova situação socio-económica, propõe-se um novo Plano Estratégico. As premissas de partida terão de ser diferentes e outros os objectivos. Por meados de 1993 a Comissão Executiva do Plano encarregou seis especialistas de elaborar relatórios que permitam avaliar o estado da cidade e balizar o novo plano estratégico: **II Plano Estratégico Barcelona 2000**. Os novos objectivos, as grandes linhas de actuação e as medidas estratégicas dependeram do conjunto de avaliações realizadas por aqueles especialistas.

No primeiro relatório *Da Cidade à Metrópole* realizado por J. M. Vallés a avaliação da cidade de Barcelona baseia-se nas interdependências crescentes da cidade com o território metropolitano, ou seja, o plano estratégico não pode fundamentar-se na cidade isolada. Deve considerar-se Barcelona como a "cidade concentrada" e o território metropolitano como a "cidade difusa". A área territorial do plano estratégico deve ser a região metropolitana e defende-se que o funcionamento deste território seja orientado por um governo metropolitano.

O segundo relatório, a cargo de J. Oliveras, *Consolidar Barcelona como Metrópole Empresarial com reflexos na macroregião em que se situa*, estabelece que o reforço da capacidade de atracção de capitais, actividades e pessoas terá de ser em conjunto com o território metropolitano. Para isso é necessário definir pontos estratégicos no território, melhorar a acessibilidade, a comunicabilidade, a capacidade de acolher pessoas e empresas para que o conjunto do território possa inserir-se mais fortemente nas redes internacionais e participar nas europeias.

O terceiro relatório *Barcelona como metrópole empresarial europeia*, de C. Tusquets avalia de maneira positiva a capacidade industrial, a formação e investigação e a competitividade de Barcelona. Quer dizer, considera que a dinâmica destes factos é tal que Barcelona se está convertendo numa metrópole europeia, embora a crise industrial

actue como um factor restrictivo e a diferença de preços em relação a outras cidades europeias possa influir negativamente na competitividade.

O quarto relatório, *Metrópole empresarial europeia com uma qualidade de vida moderna*, de M. Rivière, começa por assinalar a dificuldade de estabelecer que qualidade de vida uma cidade como Barcelona deveria ter, definindo os parâmetros que orientarão a sua política, uma base de dados e as informações que permitirão a constatação e redefinição constante dos referidos parâmetros. Feita esta ressalva, verifica que a realização das infraestruturas básicas está finalizada e pode ser um ponto de partida adequado para focar o ênfase na melhoria da vida colectiva. Considera deficitárias as infraestruturas culturais bem como as de comunicação que aguardam várias realizações. Mesmo assim aponta como problema o desconhecimento geral sobre as possibilidades do uso das várias infraestruturas e equipamentos. Constata outros défices de ordem cultural, política e organizativa relacionados com a participação dos cidadãos no que respeita a problemas do ordenamento territorial, organização municipal, aproveitamento de recursos educativos e de comunicação. A qualidade do ambiente, sobretudo no que toca ao ruído, poluição atmosférica, abastecimento, aproveitamento e depuração de águas, é negativa. As melhorias alcançadas no tráfico, transportes públicos e densidade urbana, são positivas, embora continue a considerar difíceis para uma melhoria da qualidade de vida o preço excessivo da habitação, a tendência para a dualização social, a percepção de que a cidade é cara e o anquilosamento geral das estruturas educativas, pouco adequadas às necessidades sociais e às necessidades reais do trabalho.

No quinto relatório, *A integração social da cidade de Barcelona*, realizado por S. Giner, constata-se que a desigualdade social se fundamenta sobretudo no facto de ter ou não ter trabalho e defende-se que a integração social se deve basear na participação e descentralização dos órgãos de governo da cidade ou do território, bem como numa política redistributiva que reduza as desigualdades. O aumento recente das taxas de juro, a crescente imigração de população procedente de vários países da Europa, as despesas públicas em urbanismo sumptuário, o encarecimento do solo e do alojamento têm sido acompanhados da emigração da população jovem, da diminuição das classes médias, do envelhecimento geral da população, com o conseqüente aumento da

procura de serviços e de equipamentos para a terceira idade. Esta situação retroalimenta-se de forma que, no limite, agudizam-se os processos de dualização social, de envelhecimento e de separação entre sociedade civil e governo. As formas de correcção possíveis devem basear-se numa eficiente política educativa, numa reorientação da política de participação eficaz no controlo da gestão da cidade e no estabelecimento de um Plano de Política Social que coordene e racionalize os recursos disponíveis nos vários organismos e instituições.

O sexto relatório *A imagem de marca de Barcelona e de como os residentes metropolitanos a identificam*, realizado por J. P. Valls valoriza positivamente a imagem de Barcelona no seu conjunto, em resultado dos Jogos Olímpicos, apesar de se encontrarem deficiências nas infraestruturas para o turismo de negócios. Em termos de imagem estabelece diferentes níveis de valor. É positivo o grau de identificação dos habitantes de Barcelona com a nova imagem da cidade apesar do encarecimento que comportou; já essa nova imagem é muito menos valorizada pelos habitantes dos municípios metropolitanos, visto que aumentaram consideravelmente as diferenças entre a qualidade na capital e nesses municípios; considera-se factor negativo a falta de identidade territorial metropolitana, a qual se contrapõe à identidade municipal e os diversos *slogans* que concorrem para atrair actividades económicas, turismo e consumo, cultural e de ócio, principalmente. Estabelece-se como indispensável a interacção e coordenação entre as administrações municipais, as empresas e as colectividades sociais para atingir uma identidade territorial e uma imagem de marca metropolitanas.

Em 30 de Junho de 1994 ficou concluído o primeiro esboço do II Plano Estratégico Barcelona 2000.

Este segundo plano estratégico apoia-se também na avaliação de cenários geopolíticos como seja, incerteza sobre a recuperação económica dos Estados Unidos da América, aumento do processo de democratização dos países da América Latina, processo dinâmico de recomposição dos países do Leste e aumento dos conflitos étnicos, raciais e religiosos nas chamadas áreas de turbulência. Neste quadro, define um cenário económico no qual se considera a consolidação de áreas com novas centralidades económicas como a China e o Japão, o desenvolvimento de novos mercados, o impacto dos países do Leste Europeu e a crise das economias tradicionais. Estes dois cenários

podem apresentar mudanças e continuidades que comportam incertezas sobre o futuro das áreas económicas das cidades, as quais podem chegar à estagnação económica, principalmente naquelas baseadas em economias tradicionais. No caso de Barcelona pretende-se introduzir modificações estratégicas para conseguir melhorar a capacidade de concorrência, incrementar o valor acrescentado da economia global e acentuar o carácter internacional de algumas actividades económicas.

O plano apresenta como objectivo geral: "acentuar a integração da área de Barcelona na economia internacional com o fim de garantir o seu crescimento, em termos de progresso económico, social e de qualidade de vida". Este objectivo consegue-se através de um programa complexo de actuações que integra cinco grandes linhas estratégicas, cada uma com objectivos, sub-objectivos e medidas ou acções estratégicas próprias.

**Estratégia I: Facilitar os processos de adaptação dos sectores económicos da área de Barcelona à economia internacional.** Esta linha contém três objectivos: 1. reforçar as estruturas de formação e de tecnologia; 2. melhorar a eficiência dos serviços privados; 3. melhorar a eficácia da administração pública e dos serviços públicos. Cada uma tem entre um e três sub-objectivos e três ou quatro medidas correctoras, 16 no total, que implicam os agentes responsáveis pela formação profissional, os serviços privados, a administração e os serviços públicos.

**Estratégia II: Articulação economico-social da área de Barcelona.** Nesta linha estratégica definem-se só dois objectivos: 1. simplificação administrativa; 2. dimensionar as actuações no território metropolitano. Os três sub-objectivos e as seis medidas correctoras são de carácter espacial, metropolitano e local.

**Estratégia III: Gerar uma resposta positiva às novas necessidades de integração social.** Contém cinco objectivos: 1. prevenir os riscos do aumento do desemprego; 2. criar novos espaços e postos de trabalho; 3. aproveitar positivamente a tendência para o envelhecimento da população; 4. integrar a potencialidade dos jovens; 5. antecipar uma resposta à imigração como fenómeno crescente. Cada objectivo contém entre dois a três sub-objectivos e duas a quatro medidas correc-

toras que incidem na criação de postos de trabalho, na formação profissional, na integração cultural dos imigrantes e na prestação de serviços à população da terceira idade, bem como na sua revalorização social.

**Estratégia IV: Assegurar o desenvolvimento duma actividade económica moderna de âmbito internacional.** Esta linha contém seis objectivos claramente sectoriais, cujos sub-objectivos os definem com maior precisão. O primeiro objectivo relaciona-se com as actividades e infraestruturas relacionadas com a mobilidade, a logística e a distribuição de mercadorias. O segundo objectivo sectorial trata das actividades e infraestruturas relacionadas com as autoestradas da informação. O terceiro objectivo sectorial é sobre os centros universitários. O quarto objectivo sectorial refere-se ao turismo, feiras, congressos e convenções. O quinto objectivo sectorial é sobre o sector da saúde. O sexto objectivo sectorial visa manter o peso da actividade produtiva industrial.

**Estratégia V: Posicionamento da área de Barcelona na economia internacional.** Esta linha estratégica estabelece quatro objectivos locais para a inserção da área de Barcelona à escala internacional: 1. macroregião mediterrânea – reforçar a coesão interna do espaço metropolitano com o fim de criar um pólo de crescimento económico no noroeste do Mediterrâneo; 2. Europa – incrementar a especialização da cidade em determinados sectores concretos de actividade com o fim de dotar o espaço barcelonês de um perfil próprio no contexto europeu; 3. América Latina – articular uma política de cooperação com esta região numa perspectiva da cidade de Barcelona e como ponte com a União Europeia; 4. Norte de África – impulsionar a presença de actividades produtivas de empresas da área barcelonesa nestes países.

Depois de introduzidas modificações pertinentes a aprovação do Segundo Plano Estratégico está prevista para Outubro de 1994.